

UM ESCRITOR ALGARVIO DO SÉCULO
XVIII EM AYAMONTE: DAMIÃO ANTÓNIO
DE LEMOS FARIA E CASTRO

ANTÓNIO ROSA MENDES
UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Damião António de Lemos Faria e Castro foi o mais importante escritor algarvio do século XVIII. Viveu entre 1715 e 1789, em Portimão e em Faro, e foi autor de duas obras de grande dimensão: *Aula da nobreza lusitana*, em sete tomos (entre 1749 e 1761), e *História Geral de Portugal e suas Conquistas*, em vinte tomos (o primeiro dos quais apareceu em 1786 e os últimos, já póstumos, em 1806). Em ambas recorre amiúde a autores espanhóis, demonstrando a integração e a unidade fundamental da cultura ibérica. Além disso, escrevia correntemente em língua castelhana.

Mas Damião esteve também vinculado muito especialmente a Ayamonte. Com efeito, durante cerca de dois anos – 1749/1750 – esteve refugiado em Ayamonte, porque perseguido pela justiça portuguesa. E nesta cidade andaluz da foz do Guadiana compôs alguns opúsculos que mandou imprimir em Sevilha. Outros escritos seus de Ayamonte ficaram manuscritos, como seja a *Relación Geográfico-Histórica de algunos terrenos de la Frontera de Portugal, y España, desde Ayamonte hasta Badajoz*.

A presente comunicação foca estes aspectos da vida e obra de Damião, que evidenciam a estreita relação histórica entre o Algarve e a Andaluzia.

A evolução do Algarve, no arco temporal que vai do século XVI ao último quartel do século XVIII, pode definir-se por duas dominantes: empobrecimento e marginalização. Depois de, durante grande parte da centúria de Quinhentos, se ter destacado por um activo comércio marítimo inserido no espaço económico que tinha como pólos os relativamente próximos empórios de Lisboa e de Sevilha, os anos de Seiscentos marcam uma quebra cada vez mais acentuada que, pela decadência das pescarias, pela retracção demográfica para o interior, pela consequente perda de dinamismo empresarial, também pela perseguição inquisitorial do elemento mercador, redundou na ruralização de um Algarve tão periférico quanto soçobrado em rotinas, com uma economia deprimida, uma sociedade cristalizada e uma vida cultural desvitalizada.

É neste quadro histórico que a personagem Damião cobra relevo. Uma abordagem primária tende a surpreender um cariz de excentricidade neste fidalgo provinciano: longe dos centros de produção e divulgação cultural portugueses – Lisboa, Coimbra, Évora –, sem outra instrução formal que a obtida no Colégio de S. Francisco Xavier, da Companhia de Jesus, em Vila Nova de Portimão, propôs-se este autodidacta, que não dispunha de outro equipamento bibliográfico que “a livraria de um curioso particular”, nada menos que abrir escola para “instruir a nobreza lusitana nas máximas da política, na notícia da história, e na aplicação das belas letras”! Desem-

penhou-se dessa tarefa, de que se inculca pioneiro em Portugal, na *Aula da nobreza lusitana*, cujos sete tomos impressos foram redigidos até 1750. Uma obra precoce e sem dúvida singular, pela dimensão e pela ambição, pelo escopo e pelo ideário que a informam. É obra que, a mais de um título, que não só pelo ambicioso ou pelo volumoso ou pela ousadia do cometimento, suscita um cotejo com o *Verdadeiro método de estudar*, de Luís António Verney (o célebre *El Barbadiño*), pouco antes aparecido, em 1746 (e cuja tradução castelhana de José Maymó y Ribes, que tanta celeuma levantou em Espanha, saiu em Madrid em 1760), e que tanto pela concomitância como pela inclusão de ambos os autores – quase coetâneos – no mesmo grupo geracional autoriza paralelos que se afiguram merecedores de interesse. Com efeito, tanto a *Aula da nobreza lusitana* como o *Verdadeiro método de estudar* são obras de juventude, acabadas ao redor dos trinta anos, idade ainda de aprendizagem e recepção, e ambas sincronicamente polarizam, naquela encruzilhada histórica do meado do século XVIII, as contrárias opções de aceitação ou rejeição do único sistema ideológico-cultural vigente em Portugal (e, por extensão, em toda a Espanha). A comum referência jesuítica confere-lhes, por isso, identidade na inspiração, embora antagonismo na intenção: Damião Faria e Castro age como epígono e compendiador, Luís António Verney como adversário e demolidor; um epitomiza, outro argui; e cada qual, positivamente porque sancionando ou negativamente porque impugnando, radicalmente depende do mesmo corpo doutrinário de que se assume sequaz ou detractor. Enquanto o *Verdadeiro método de estudar* introduzia novidades colhidas na sede do iluminismo católico europeu – a Itália, onde o autor residia –, na Península Ibérica vigorava o monismo ideológico-cultural, quanto muito e a medo matizado de infiltrações ecléticas; e é ele que informa, na sua clara adesão ao sistema jesuítico, a cerebração plasmada na *Aula da nobreza lusitana*. Para a redacção desta, Damião socorreu-se aliás de livros de procedência sobretudo espanhola, mandados vir com certeza de Sevilha, o centro impressor mais próximo do Algarve. À margem dos grandes mercados, o Algarve também o estava do circuito livreiro; nem o número de leitores atraía minimamente esse comércio: em 1743 deplorava o Bispo D. Inácio de Santa Teresa a “grande omissão, e descuido, que há neste Reino do Algarve, de mandar aprender os meninos a ler, e a escrever...”; poucos sabiam ler (menos ainda escrever), e os que sabiam liam pouco e liam fundamentalmente literatura religiosa. Tampouco existiam bibliotecas institucionais. Damião teria seguramente franqueados os armários da livraria do colégio farensense da Companhia de Jesus, em princípio bem fornida, embora só a benefício de inventário seja de admitir que desse guarida a obras profanas e actualizadas.

Num “Reino” tão marginal como o Algarve, importava muito a personalidade do Bispo que governava a diocese. Regra geral, os prelados pouco se demoravam numa região pobre e pouco atractiva, e à primeira oportunidade ou pediam transferência ou licença para se ausentarem – pelo que, nesses longos períodos de vacância, era o Cabido quem supria a falta do Bispo. Ora nesse Cabido pontificava então o cónego Miguel de Ataíde Corte Real, tio de Damião e seu mentor. Mas em 1741 veio para Faro o Bispo D. Inácio de Santa Teresa. Era um reformador e chegou determinado a emendar a vida religiosa e espiritual do seu novo rebanho, bem como a restaurar a disciplina do clero que lhe estava sujeito. Estalou imediatamente um conflito entre Bispo e Cabido, este encabeçado pelo cónego Miguel de Ataíde, adepto do probabilismo laxista e oposto, por consequência, ao rigorismo moral intransigente de D. Inácio. Tal conflito – no qual, evidentemente, Damião secundou o cónego seu tio e fez publicar, em 1746, um anónimo

panfleto intitulado *Entretenimento político*, em que acusava o Bispo de atentar contra “o respeito do Santo Ofício” e de fazer perder “o Reino mais Católico, que viu o mundo” –, tal conflito foi sempre em crescendo, pois o objectivo consistia em forçar a resignação de D. Inácio. Este, contudo, resistia. Até que no dia 20 de Abril de 1749 amanhecera quebradas as vidraças da Casa Episcopal.

E a quem foi imputado o sacrílego insulto? Ao nosso Damião. Ele bem protesta a sua inocência: “Porém nessa noite, e à hora do insulto, se achavam quatro pessoas de fora em minha casa, que me viram estar na minha cama lendo até à uma hora várias folhas, que no Correio dessa mesma noite me chegaram impressas, do meu segundo Tomo da Aula da Nobreza, e me deixaram dormindo quando se recolheram, como depuseram com outras pessoas da minha família, que foram testemunhas oculares da mesma verdade, na presença do Juiz de Fora de Faro, perante o qual as mandei depor, logo que soube se falava na minha pessoa”. Porém o magistrado não se moveu, e Damião não teve mais remédio do que fugir precipitadamente de Faro, “viajando 100 léguas pelas fronteiras de Portugal e Espanha em uma Estação rigorosa, comendo mal na pobreza dos montes, dormindo no chão muitas vezes, e até, para que me assustasse o Céu, em quem punha todas as minhas esperanças, experimentando nas medonhas serranias horrorosas tempestades, em uma das quais, depois de andar sobre a minha cabeça um Raio, o vi enterrar quase aos meus pés”.

Tormentas de Verão, pois a fuga ocorreu “nos primeiros dias de Junho”, e “como aquela derrota me levou largo tempo sem parar”, esgarrado pela raia, em itinerário lóbrego, colige-se que andou vagando pelo Alentejo, talvez com o fito de vadear o Guadiana a pé enxuto, para descendo pela margem esquerda enfim ganhar Ayamonte. É já desta cidade que data, a 16 de Julho daquele ano de 1749, a dedicatória do *Epifonema Epicédico*, o primeiro opúsculo que redigiu em Ayamonte e mandou imprimir “en Sevilla en la Imprenta de Don Florencio Joseph Blàs de Quesada, Impresor Mayor de dicha Ciudad”¹. A homenageada era a rainha D. Maria Bárbara, e protesta o autor que, “sendo Português perseguido por amante da Pátria, e da Verdade, não lhe pode faltar para refúgio da sua inocência injustamente oprimida, e para amparo da sua pessoa inculpavelmente criminada a sombra do alto Trono de V. Majestade”; abstém-se contudo de expor “os motivos do meu infortúnio” e sibilamente assegura preferir antes “sofrer calado os golpes da injustiça que ofender reputações referindo aquelas causas”. Segue-se o elogio fúnebre do Duque do Cadaval, um dos maiores expoentes da nobreza portuguesa, que falecera a 29 de Maio e cuja fatal notícia apanhou Damião quando prófugo errava “pelas fronteiras de Portugal, e Espanha, levando maus dias, e piores noites”; logo porém, acrescenta, “me determinei a tributar à sua memória algum obséquio, e fazer públicas ao mundo as justificadas razões da nossa mágoa”. O opúsculo leva o “Griego Título rumboso de *Epifonema*” – o qual, esclarece na sua *censura* D. Pedro Andrès de Velazco, “es una gran cosa, que se aclama tan bien probada, como referida”; por certo que ao erudito Don Pedro, mestre em Artes, graduado em

¹Esta Imprensa estava situada na Calle Levías, de Sevilha, desde a sua fundação, no século XVII, por Juan Gómez de Blas, que em 1657 foi autorizado a utilizar o título de “Impresor Mayor de Sevilla”, privilégio conservado pelos descendentes, entre eles Florêncio José de Blas y Quesada, que esteve à frente da editorial entre 1738 e 1753. Dedicava-se a imprimir sobretudo textos de piedade e devoção. Cf. Francisco Aguilar Piñal, “Las imprentas de la Ilustración (La industria editorial sevillana en el siglo XVIII)”, in *Temas sevillanos (Tercera serie)*, pp. 15-17.

Cânones e *doctor* em Sagrada Teologia, lhe fez tanta espécie “el significado de esta voz poco usada *Epifonema*, que confieso ingenuo, que a primera vista la estrañaba”...

Talhado no mesmo figurino, amassado no mesmo material, ainda o elogio do Duque não estava publicado – “antes de me chegar impresso de Sevilha o *Epifonema Epicédico*” – e já ele lapidava, na ayamontina oficina e com data de 5 de Outubro, outro panegírico, desta vez à memória Marquês de Valença, D. Francisco de Portugal, morto a 10 de Setembro. “Fatal ano para ti, (oh Portugal!) foi o de 1749. Nele perdeste (deixa-mo dizer assim) os dois eixos, em que girava a esfera da tua Monarquia. (...) Iguais foram as duas perdas, e tão idênticas as circunstâncias de uma, e outra falta, que em tornar-te a oferecer o *Epifonema Epicédico*, vinha a dar-te o mesmo que o *Epidictico Lutuoso*” – espécime este que mandou para Lisboa, onde foi impresso.

Mas não ficou por aqui a produção literária de Damião em Ayamonte. Operário incansável, aproveitou o seu exílio para glosar, a modos de conceito predicável da oratória barroca², um penetrante *dictum* de Fernando VI de Espanha: *ad majora nati sumus*, “que en forma de respuesta proferió Su Majestad en ajustada ocasión”. Como se vê, escreveu no idioma castelhano e deu-lhe o título de *Oraculo de si mismo*³. No final deste texto geme a querúla jeremiada do desterrado, “menos atendido de mi Patria sin saber quien, ni porque foi (*sic*) perseguido”; mas o ápice do desalento ressuma mais nos queixumes contra “algunos espíritos de mi Patria, que después de arrojar de ella mi persona, no menos se empeñan en desautorizar mis escritos”, e na súplica à majestade espanhola para “amparar un inocente afligido” e consenti-lo, “livre (*sic*) de la opresión de mis poderosos enemigos”, refugiado “puede ser que toda mi vida, según las ningunas esperanzas, que me restan”...

Tamanha desesperança revela que não surtiu o MEMORIAL QUE AJOELHADO AOS REAIS PÉS DO MUITO ALTO E MUITO PODEROSO REI DOM JOÃO V NOSSO SENHOR, OFERECE COM O MAIS PROFUNDO RESPEITO DAMIÃO ANTÓNIO DE LEMOS FARIA E CASTRO, uma folha firmada em *Ayamonte 1 de Novembro de 1749*. Nesta folha, ou, pelas dimensões avantajadas, melhor cartaz, Damião nada expõe nem especificadamente impugna; limita-se, *vox clamantis*, a pregoar inocência e exorar a compaixão da “Sacra, Augusta e Real Majestade”.

Debalde, porém. O rei de Portugal, D. João V – ou, melhor, os seus ministros, porquanto o monarca há muito se encontrava incapacitado –, nunca perdoou a Damião, e a sorte deste só começou a mudar com a morte do soberano, ocorrida a 31 de Julho de 1750. E logo a 12 do mês seguinte Damião subscrevia de Ayamonte uma dedicatória ao novo rei, D. José I, antepos-

2 O modelo era o grande orador seiscentista português Padre António Vieira, jesuíta: “En este assumpto quisiera escribir con pluma de Profeta: pero como no llega a tanto mi espíritu, aun que el destierro me comunica una de sus circunstancias; haré por hurtar la de un egregio paisano mio, ilustre honra de la inclyta Compañia de Jesus, y sin hablar como un Vieira, escribiré (*sic*) en pocas clausulas la *Historia del Futuro*”.

3 Eis o título completo: *Oraculo de si mismo, el Catholico. Grande, Augusto, y Invicto Monarca Don Fernando el VI. Rey de España, Que a un Aulico suyo, quando viendo la Real obra del Puerto de Guadarrama le dixo: Esto, Señor, es propria magnanimidad de V. Magestad: respondió con este dicho, digno de eternos bronces: Ad mayora nati sumus; interpretado, y ofrecido a la Muy Alta, y Augusta Señora la Señora Doña Mariana Vitoria, Princesa del Brasil, Por Damiam Antonio de Lemos Faria Y Castro.* – Impresso en Sevilla en la Imprenta de Don Florencio Joseph Blás de Quesada, Impresor Mayor de dicha Ciudad. [1750].

ta depois ao IV tomo da *Aula da nobreza lusitana*, e dedicatória essa em que ressalta a saudosa exortação do remate: “...te convida este filho ausente, ó Pátria amada, para que do íntimo das nossas almas ofereçamos a Deus eficacíssimos votos: rogando-lhe, que prospere, e guarde por inumeráveis anos a preciosa vida do nosso novo, e magnífico Monarca D. José I para Fundador do seu quinto, e prometido Império, para instrumento da glória da sua Igreja, para flagelo da barbaridade Maometana, e para com as prudentíssimas Máximas do seu governo ser o feliz Nestor de Portugal”.

Desta vez foi ouvido e pôde regressar a Faro antes do final desse ano de 1750. Ele próprio o declara, ao referir que “a Fidelíssima Majestade reinante, que Deus felizes anos nos guarde, por seu Real Decreto declara inocente, sem sombra de culpa ao nosso Autor” –isto é, a Damião– “sobre o insulto cometido nas vidraças da Casa Episcopal de Faro, que um furioso ódio lhe imputara”. Antes porém de deixar Ayamonte, ainda mandou imprimir, na sua costumada imprensa de Sevilha, mais duas obras: uns *Gemidos da reputação ofendida*, em que intenta provar a sua inocência ⁴; e um *Discurso apologético*, no qual protesta contra o censor português que não deixou publicar um ousado elogio fúnebre do falecido monarca D. João V ⁵. Por certo que nesta obra diz explicitamente Damião que a compusera em Ayamonte, “na livraria dos Religiosos Mercenários Descalços”.

Há também notícia, dada pelo bibliógrafo Diogo Barbosa Machado, de Damião ter deixado manuscrita uma *Relacion Geografico-Historica de algunos terrenos de la Frontera de Portugal, y España, desde Ayamonte hasta Badajós, con la noticia de algunas irrupciones, que en ellos han hecho las partidas destacadas de los exercitos, de una, y otra Corona*. Barbosa Machado esclarece que esta *Relación*, “escrita na língua Castelhana, escreveu o Autor assistindo em Ayamonte, por satisfazer às súplicas de D. Antonio Gaver, Brigadeiro, e Comandante em chefe dos Engenheiros, que a Católica Majestade de D. Fernando VI, tinha mandado para formar um Plano Geográfico histórico das nossas Fronteiras” ⁶.

Damião Faria e Castro seria depois um fiel servidor do marquês de Pombal, o ministro reformador a quem o rei D. José I entregou o governo de Portugal. E de 1784, cinco anos antes da sua morte, data a sua última produção conhecida, que ficou manuscrita e se intitulava

4 *Gemidos da Reputacam Offendida, Publica Justificacam, que do seu procedimento faz Damiam Antonio de Lemos Faria e Castro, Aqual consagra, e com aqual recorre à Soberana Protecçam das Sacras, Catholicas, Reaes, e Augustas Magestades, e Altezas, os Muito Altos, e Muito Poderosos Senhores os Senhores Reys, e Príncipes de Hespanha, e Portugal, Cujos Real Amparo ha implorado, e novamente implora o seu Author, em Hespanha por intervençam do Excellentissimo Senhor Marquez de la Encenada, e em Portugal pela do Reverendissimo Senhor Padre Reformador Fr. Gaspar da Encarnaçam. Pelo que pertence ao publico, particularmente encaminhada a toda a Nobreza de Portugal.* – Impresso en Sevilla en la Imprenta de Don Florencio Joseph Blás de Quesada, Impresor Mayor da dicha Ciudad. [1750].

5 *Discurso Apologetico, no qual se mostra convencida, e insubsistente, apaixonada, e injuriosa a severa Critica, com que Filipe Joseph da Gama, revendo por ordem do supremo Tribunal do Dezembargo do Paço a obra intitulada CLAMORES DE PORTUGAL, que Damiam Antonio de Lemos Faria, e Castro teve a honra de compor a morte do Muito Alto, e Muito Poderoso Rey D. JOAM O V. Mutilou, riscou, e emendou em muitas partes a dita obra; ordenado pelo mesmo Damiam Antonio de Lemos Faria e Castro para restituir com a sua concludencia a reputacam, que no mesmo Regio Tribunal, e em muitas partes da Corte, e do Reyno lhe tirou com esta calumnia o referido Censor.* – Impresso en Sevilla, por Don Florencio Joseph Blás y Quesada, Impresor Mayor de dicha Ciudad. [1750].

6 Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica, e Chronologica, na qual se comprehende a noticia dos auctores portuguezes, e das obras que compuzeram desde o tempo da promulgação da Lei da Graça até o tempo presente*, 4 vols., Lisboa, 1741-1759. Ver o vol. 4, pp. 93-94.

Discursos pateticos, “ofrecidos y consagrados, con el respecto mas profundo, a la Sacra, Real, y Catolica Magestad del Señor, el Señor Don Carlos III, Augusto Rey de Hespaña”; no ofertório rememora “la delicada Hospitalidad, que devi (*sic*) a los ilustres Hespañoles los años, que vivi entre ellos, siempre civil, e afectuosamente obsequiado”⁷.

Um agradecimento a Ayamonte, por parte de um escritor que, sem ser uma *grande figura* – o que não quer dizer que não seja uma figura interessante – foi, em Portugal e no Algarve, um dos autores mais representativos do século das luzes.

⁷ Estes *Discursos Patheticos, que instruién* (*sic*) *el Hombre en sus importantes Gobiernos* (*sic*) *Racional, Politico, Monastico, ò Interior, Authorisados unicamente con las Doctrinas de la Sagnada Escritura, Tradicion, y Santos Padres* são cinco tomos, todos escritos em linguagem castelhana, cada um deles com cerca de trezentas e cinquenta laudas. Às páginas da dedicatória a Carlos III seguem-se um “Prologo a los Lectores Hespañoles” e uma “Advertencia a mis Illustrissimos Señores, q revieren, y fueren Censores desta Obra”.